

Tragédia grega, cenário alemão

Assis Moreira



Fazia cinco graus abaixo de zero em Bruxelas quando o presidente da União Europeia (UE), o belga Herman Van Rumpuy, saiu de uma reunião com os líderes europeus para fazer uma declaração à imprensa visando proteger o euro e defender a Grécia, ambos à beira de uma catástrofe. Mas o personagem que deve ser a voz dos 27 países do bloco na cena global não era audível. Depois de balbuciar algumas palavras, ele teve de retomar a declaração com um pouco mais de firmeza sobre a tragédia da crise grega que, na verdade, tem um forte molho alemão.

O euro enfrenta sua pior crise em 11 anos de existência, em meio ao alto endividamento de governos da zona do euro, que ameaça as perspectivas econômicas da região. Dos 16 países que utilizam a moeda europeia comum, 12 enfrentam investigação de Bruxelas por "déficit excessivo".

A bola da vez é a Grécia, sentada numa montanha de dívidas que chegam a € 290 bilhões neste ano. O custo de refinanciamento aumentou. Os mercados cobram caro pela extravagância financeira dos gregos, que usaram sua participação na zona do euro como uma espécie de cartão de crédito, para viver acima do que podiam.

O gigantesco déficit da Grécia aumentou os temores de um calote, deflagrou uma onda de especulação contra a moeda comum europeia e ameaçou outros países com a saúde financeira claudicante, como Espanha, Portugal, Irlanda e Itália.

Nesse contexto, o que Van Rumpuy disse, mesmo com sua voz apagada, foi recebido como uma decisão quase histórica diante do estado da integração europeia. Pela primeira vez, os países da zona do euro prometeram socorrer um outro, ameaçado de quebrar. Se a Grécia respeitar seus compromissos de cortar despesas e se os mercados financeiros não entenderem a mensagem, os europeus se dizem prontos a garantir a estabilidade da zona do euro e a ajudar Atenas.

Mas o apoio condicional põe a Grécia sob tutela explícita. O calendário de reformas no país e as ameaças de sanção, se não equilibrar suas despesas, representam uma "première" nos 11 anos de existência do euro e um fato raro na história da UE.

A crise grega expôs o problema estrutural na zona do euro: o desequilíbrio entre a centralização da política monetária (no Banco Central Europeu) e os instrumentos de política econômica (política fiscal, de salários etc.) em nível nacional. Existe uma união europeia monetária que não está incorporada numa união política. E essa divergência está no centro dos problemas orçamentários dos países, nas crises e nos mecanismos para corrigi-las.

Quando até Jean-Claude Juncker, primeiro-ministro de Luxemburgo, presidente do Eurogrupo (que reúne os ministros de finanças do euro) admitiu que a crise da Grécia deve servir para corrigir vícios de criação da união monetária, um dos mais importantes economistas da ONU, Heiner Flassbeck, deu um salto.

"Estou dizendo isso há 13 anos, é um escândalo o que tem acontecido", afirmou, abrindo os braços. Para ele, a inundação de comentários sobre a Grécia não destacou o ponto mais crucial da crise: os déficits públicos são problemáticos, mas é o desequilíbrio nas contas correntes que "pode levar à dissolução da zona do euro se medidas fortes não forem tomadas logo". Isso, porque as dramáticas divergências nas contas correntes estão intimamente ligadas às crescentes divergências na competitividade dos países membros.

Em janeiro de 1999, no mesmo mês em que o euro foi lançado como moeda comum, uma reunião de ministros do Comitê de Assuntos Monetários e Econômicos da União Europeia em Bruxelas foi palco de um duro bate-boca entre dois alemães especialmente influentes.

Flassbeck, então secretário de Estado de Finanças (vice-ministro) da Alemanha, advertiu que o euro já nascia sob "risco de perigo iminente". Insistiu que a união monetária europeia só poderia funcionar se os aumentos salariais em todos os países membros estivessem em linha com o alvo de inflação definido pelas autoridades monetárias.

A taxa de câmbio nominal na zona é fixa. Um país não pode turbinar sua competitividade com desvalorização da moeda. Assim, diante da forte correlação entre o custo unitário da mão de obra (a mais importante medida da competitividade internacional entre os membros de uma união monetária) e inflação, a regra implícita de uma zona comum exige que o crescimento real de salário em cada país membro siga estritamente os progressos da produtividade nacional. Violações dessa regra provocam deflação na união monetária como um todo ou desvio na taxa real de câmbio e na competitividade, "um tipo de aberração que começou com o euro em 1999", diz Flassbeck.

Ele conta que, na ocasião, o então economista-chefe do Banco Central Europeu, o também alemão Otmar Issing, qualificou sua advertência de "ridícula" e afirmou que o mercado garantiria as condições de competitividade.

Só que, três anos depois, a Alemanha, a maior economia da UE, se descolou de vários outros membros da zona do euro. Aplicou a estratégia de aumentar sua competitividade internacional limitando a alta do custo unitário da mão de obra. As principais vítimas foram a França, a própria Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Houve uma depreciação real do custo relativo alemão, num sistema que abandonara o uso da taxa de câmbio como instrumento para elevar a competitividade.

Flassbeck abre vários estudos em seu escritório com vista para o magnífico lago de Genebra, para mostrar como a perda do poder de competitividade na Grécia se refletiu em mudança nas contas correntes, de superávit para déficit de quase 15% do PIB.

O que deu errado? Simples: entre 2000 e 2010, as exportações líquidas da Grécia diminuíram, mas a demanda doméstica cresceu 2,3%. O custo unitário da mão de obra grega aumentou 2,8% por ano e atingiu o índice 130 em 2010 (comparado a 100 em 2000).

Na outra direção, a Alemanha acumulou um gigantesco superávit nas contas correntes. Passou de um déficit externo de 1,7% do PIB em 2000 para um superávit de 8% em 2007. O que deu certo? Simples: entre 2000 e 2010, as exportações líquidas da Alemanha explodiram, mas a demanda doméstica diminuiu, com um crescimento insignificante, de 0,2%. A compensação real ao trabalhador ficou bem abaixo da alta de produtividade. O custo unitário da mão de obra aumentou apenas marginalmente, para o nível de 105, em 2010.

Isso significa que a produção dos bens ou serviços que carregavam o mesmo custo, em 2000, em todos os países membros da zona do euro, reflete agora uma enorme diferença. Pelos cálculos de Flassbeck, um produto que vem da Grécia hoje custa 25% mais do que se tivesse sido produzido na Alemanha. A diferença em relação aos alemães é idêntica para Espanha, Portugal e Itália. Para produtos franceses, a diferença para mais é de 13% e para os irlandeses, de 23%.

"Os alemães concentram o debate nas despesas dos gregos porque querem evitar tocar nessa enorme divergência de competitividade na zona do euro", afirma Flassbeck. "A Alemanha foi o único país grande da Europa que conseguiu estabilizar sua fatia global de mercado na primeira década deste século, enquanto todos os outros perderam dramaticamente." Para Flassbeck, na prática é a Alemanha que "mina a viabilidade de longo prazo da união monetária europeia".

Em sua defesa, os alemães argumentam que o alto desemprego justificou a baixa salarial, e ainda justifica. Além disso, países como França, Itália e Bélgica, com demanda interna robusta e crescimento estimulado principalmente pelo consumo interno, limitaram sua capacidade de competir aceitando acordos salariais generosos. E um terceiro grupo de países mais afetados, como Grécia, Portugal e Espanha, conseguiram forte crescimento quando entraram no mercado comum europeu, mas fracassaram na implementação de reformas estruturais. Seu crescimento foi apoiado especialmente por entradas de capital e baixas taxas de juros, mas os recursos nem sempre foram destinados a projetos para aumentar a produtividade, e os altos salários derrubaram a competitividade. Ou seja, houve erros e omissões que os alemães conseguiram evitar. Atualmente, Berlim põe enorme pressão nas negociações salariais, para que o crescimento do custo unitário da mão de obra fique perto de zero em 2010.

Flassbeck insiste, porém, que o governo grego está errado se acreditar que a solução para sua crise está dentro da união monetária europeia. Se a Alemanha continuar a apertar o cinto, e as evidências são de que será assim, a Grécia precisará cortar os salários não apenas no setor público, diz Flassbeck. "O resultado será deflação e depressão para a Europa como um todo, na medida em que uma desvalorização é impossível."

Sua conclusão é de que, se a Europa não chegar a um acordo sobre ajustamentos salariais por vários anos, mesmo décadas, para reequilibrar seu comércio, tanto a Grécia, como Espanha, Portugal, Irlanda e Itália serão empurrados para examinar a opção de sair da zona do euro. "Nenhum país no mundo pode sobreviver economicamente enfrentando desvantagem absoluta em relação a seus mais importantes parceiros."

O economista pega o bloco de notas do repórter e desenha o resultado de uma eventual política para reequilibrar a competitividade na zona do euro. Se, entre 2010 e 2025, os salários reais aumentarem 5% ao ano na Alemanha e subirem mais moderadamente nos outros países, com alta de 1,8%, por exemplo, isso significa que nos próximos 15 anos a Alemanha continuará ganhando fatias de mercado em detrimento de seus parceiros europeus.

"As diferenças na competitividade estão se tornando um problema crescente na zona do euro", concorda Nicolaus Heinen, analista de políticas europeias no Deutsche Bank. "Os déficits de vários países de fato não estão relacionados apenas a queda na receita por causa da crise econômica ou por aumento de despesas. Esse endividamento se explica também pela possibilidade reduzida de crescimento do país por causa da falta de competitividade."

Mas Heinen diz que a moeda comum europeia continua sendo atrativa para investidores internacionais, apesar da crise que envolve a Grécia. Desde que foi lançado, há 11 anos, o euro cresceu fortemente como moeda de reserva internacional, passando de 18,1% a 27,7% do total global. "No médio prazo, não há alternativas ao euro e ao dólar", diz ele. "No longo prazo, a importância do euro não dependerá da Europa ou dos Estados Unidos, mas da China. Com livre movimento de capitais e taxa de câmbio flutuante, o yuan poderia se tornar uma alternativa séria ao euro e ao dólar como moeda de reserva."

A maior crise enfrentada pelo euro ocorre agora por uma mistura de fatores, escreve o professor Paul De Grauwe, da Universidade de Leuven, na Bélgica. Primeiro, a péssima gestão das contas públicas na Grécia abriu, de fato, um enorme problema de credibilidade em toda a zona do euro - também e particularmente por que os gregos dissimularam os dados ruins, inclusive após sua adesão à moeda única.

Segundo, a crise ilustrou dramaticamente o papel desestabilizar dos mercados financeiros, alternando euforia com movimentos de depressão, sem que houvesse relação com os fundamentos econômicos. As agências de classificação de risco têm uma culpa central.

Falharam sistematicamente em detectar sinais de crises, como aconteceu há dois anos na crise do crédito. E aconteceu de novo agora.

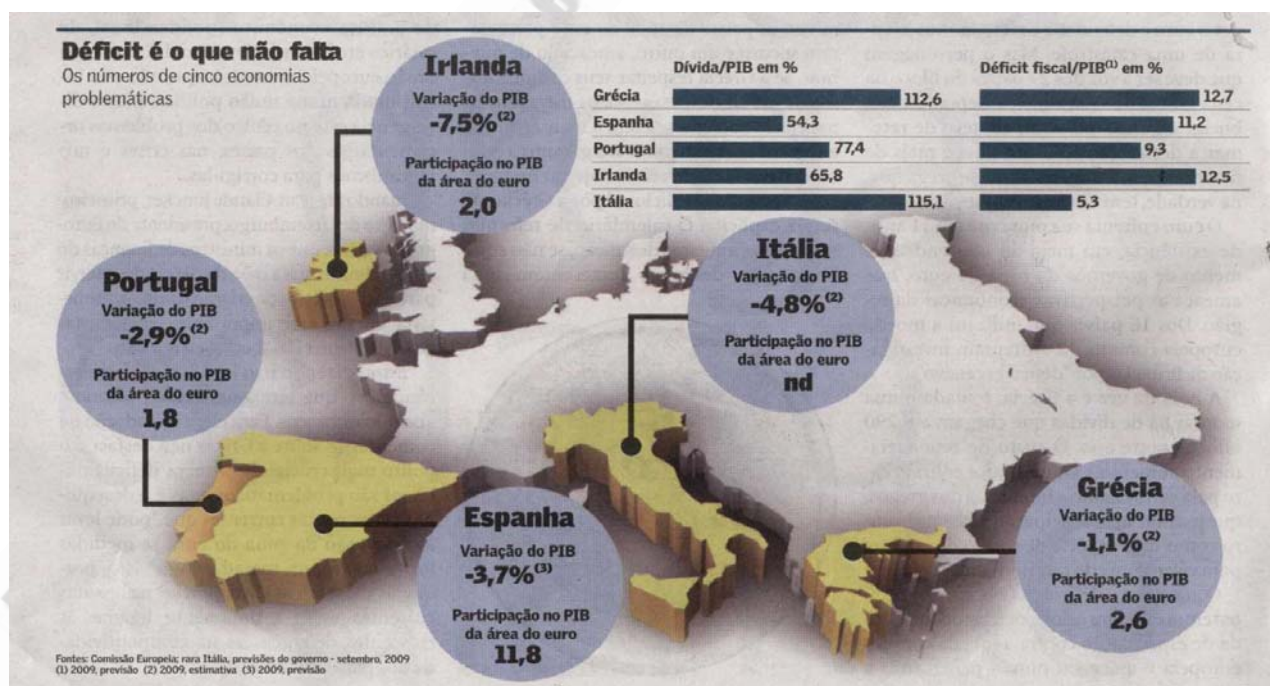
A crise da dívida soberana começou em Dubai. E somente depois de Dubai ter adiado o pagamento de bônus de dezenas de bilhões de dólares é que as agências derrubaram a avaliação do crédito do país. Isso abriu uma corrida desesperada do mercado em busca de outros países com dívida soberana em risco. O alvo natural foi a Grécia. As agências visitaram outros países europeus e começaram a degradar o crédito, o que resultou em explosão nos custos das taxas de refinanciamento desses países. "As agências amplificaram os movimentos desestabilizadores dos mercados", diz De Grauwe.

Outro problema foi o papel de certos bancos. O americano Goldman Sachs primeiro ajudou a camuflar a dimensão da dívida da Grécia, que deixaria o país de joelhos. Mais tarde, teria apostado no calote grego, para ganhar de todos os lados.

A crise aconteceu também por causa das ambiguidades das autoridades europeias. Os governos da zona do euro começaram a divergir sobre as respostas a dar à crise da Grécia. O Banco Central ampliou o problema, colocando dúvidas sobre a possibilidade de os títulos públicos gregos servirem como garantia para empréstimos.

Além disso, há as complicações decorrentes da estrutura pesada e responsabilidades fragmentadas da burocracia. Basta ver uma cena ocorrida durante um "briefing" da Comissão Europeia, em plena crise, na semana passada. Um jornalista indagou quem era o "senhor euro, quem fala pelo euro". A porta-voz entendeu a estocada, mas hesitou em responder. Até que um colega dela pegou o microfone e detalhou a gestão da união monetária europeia, com responsabilidades divididas entre o Banco Central Europeu, o Eurogrupo (dos ministros de finanças) e o comissário europeu de assuntos monetários. O auditório cheio de jornalistas parecia se divertir com a demonstração de cacofonia.

As consequências da crise atual ainda estão por vir. Analistas concordam que a influência econômica e política da Europa poderá ser reforçada no futuro, como poderá ser inevitável seu rebaixamento à condição de coadjuvante numa cena global dominada pela China e Estados Unidos.



Fonte: Eu & fim de semana, São Paulo, ano 10, n. 487, p. 4-9, 19, 20 e 21 fev. 2010.